

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

No rumo certo

Mediante enfática reafirmação de apoio às diretrizes econômico-financeiras conduzidas pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o presidente Fernando Collor produziu um fato político indispensável para frustrar turbulências prejudiciais ao mercado e ao seu governo. A intervenção presidencial se fez necessária diante de algumas manobras desestabilizadoras contra o programa de ajustamento em curso, cuja mudança só seria presumível com a eventual substituição da equipe econômica liderada pelo ex-embaixador em Washington.

Não fariam qualquer sentido alterações em uma política que, desde sua adoção, tem o mérito de refrear as tendências inflacionárias, abrir espaços à colaboração dos investimentos estrangeiros, reorganizar os mercados e buscar melhores níveis de competitividade para as empresas. São visíveis os progressos alcançados no cumprimento de semelhantes objetivos, tanto que as agências de monitoramento internacional da dívida externa, à frente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Bird, já concordaram em renegociações segundo bases compatíveis com os interesses do Brasil.

Se a inflação ainda não foi dominada por inteiro, deve-se reconhecer que sua força inercial está quebrada, conforme demonstram os índices em queda desde fevereiro. Aliás, o compromisso atual do Governo é o de movimentar os mecanismos de contenção usualmente utilizados nas economias de mercado, em função dos quais os preços deverão perder impulso de forma gradual e constante. E, assim, há de ser mantido porque as terapias de choque já se revelaram, conclusivamente, ineficazes para propiciar estabilidade duradoura.

As pressões contra a prática econômico-financeira ocorrem paradoxalmente no momento em que o ministro Marcílio

Marques Moreira contabiliza em favor do Brasil uma série de êxitos no exterior. Com efeito, as negociações em Washington autorizam prever para junho a celebração de um "acordo de princípios" com os banqueiros privados, em torno da dívida de médio e longo prazos, calculada em 41 bilhões de dólares. O próprio William Rhodes, vice-presidente do Citibank, um dos principais credores do Brasil, declara-se otimista quanto à possibilidade de um breve entendimento sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, a aplicação do Plano Brady deverá reduzir entre 17 e 18 bilhões de dólares o passivo externo brasileiro junto à banca internacional. Não só o ministro da Economia, mas, principalmente, o presidente do Banco de Tokio, no Brasil, Toshiro Kobayashi, admite francamente a hipótese. Sem dúvida, a redução dos estoques da dívida, nessas dimensões e pela aplicação do programa norte-americano, resulta do acerto da atual política econômico-financeira.

De maneira generalizada, as instituições de alguma forma vinculadas à estratégia desenvolvida pelo Brasil para alcançar a estabilidade enaltecem os rumos até agora perseguidos. A Câmara Americana de Comércio, por exemplo, calcula que alguma mudança agora "seria uma verdadeira tragédia", por ferir a credibilidade do País no exterior, a duras penas refeita após o malogro da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.

É claro que o processo de estabilização não pode ir adiante sem gerar desajustes setoriais e impor perdas aos estratos majoritários da sociedade. Contudo, é indispensável sustentá-lo com decisão obstinada, não só por se tratar da opção correta, mas, acima de tudo, porque não há outro rumo na direção do porto da estabilidade. Que o digam as nações que já experimentaram semelhante travessia.